



**EMBAIXADA DA REPÚBLICA DE ANGOLA  
LISBOA - PORTUGAL  
SECTOR DE IMPRENSA**

**NOTA DE IMPRENSA**

Na sequência de uma providência cautelar interposta pela Procuradoria-Geral da República de Angola, através de arresto, o Instituto de Gestão de Activos e Participações do Estado foi ontem constituído fiel depositário da Companhia Industrial de Benguela, Alassola, a antiga África Têxtil, devendo indicar brevemente administradores-delegados para acompanhar o seu funcionamento integral, de modo a proteger os interesses públicos e o dos seus trabalhadores.

Trata-se da segunda de três unidades fabris onde até agora a Procuradoria-Geral da República detectou irregularidades no processo de atribuição. Na terça-feira, a Textang II, de Luanda, passou por um processo semelhante ao da Alassola, seguindo-se a companhia Satec, do Dongo, todas elas construídas com fundos públicos e arrestadas pela Procuradoria-Geral da República depois de terem sido constatadas irregularidades no processo de privatização e o incumprimento, pelos novos proprietários, das cláusulas contratuais, nomeadamente no capítulo financeiro.

A decisão de proceder ao arresto destas três unidades fabris foi tomada em Julho deste ano, tendo na altura a directora do Serviço de Recuperação de Activos da Procuradoria-Geral da República, Eduarda Rodrigues, dito à imprensa que o processo então iniciado fazia todo o sentido, já que o Estado era o único a arcar com os custos da má gestão dessas três companhias.

“Eles beneficiaram de uma linha de crédito, com uma garantia soberana, mas nunca pagaram essa dívida. Quem pagava mensalmente à banca internacional era o Estado angolano”, sublinhou na ocasião a jurista, referindo que há mais de um ano que o tema era discutido, mas sem solução.

Eduarda Rodrigues referiu ainda que com o retorno deste património para o Estado, este vai rentabilizá-lo para poder reembolsar os valores que vem pagando à banca internacional, salvaguardando a manutenção dos respectivos postos de trabalho e anormal laboração das três companhias.

Por sua vez, Valter Barros, presidente do Conselho de Administração do Instituto de Gestão de Activos e Participações do Estado, admite que o futuro destas três unidades fabris pode passar pela privatização, garantindo que na qualidade de fiel depositário a entidade que dirige tem a responsabilidade de manter a segurança do património e o pleno funcionamento das fábricas, para que não sejam criadas dificuldades aos trabalhadores e para que estes possam manter os seus empregos e assim garantir a satisfação das suas responsabilidades familiares.

Criado pelo Decreto Presidencial nº 141/18 de 7 de Julho, o instituto tem por principal atribuição a gestão dos activos do Estado nas empresas, sendo responsável pela regulação e monitorização do sector empresarial público, execução da política e programa de privatizações, acompanhamento e supervisão da gestão dos activos e dos fundos públicos, bem como da gestão dos empréstimos.

De acordo com o seu estatuto orgânico, este instituto tem também a responsabilidade de assegurar o acompanhamento e o processo de negociação das linhas de crédito atribuídas a outros países e instituições nacionais, garantindo a salvaguarda dos interesses estratégicos do Estado.

**SECTOR DE IMPRENSA DA EMBAIXADA DA REPÚBLICA DE ANGOLA EM PORTUGAL**, em Lisboa, 22 de Agosto 2019. –

Para eventual contacto, ligue para 00351963708053